



António Marques

Editorial

O mundo sindical é um organismo que se reinventa no decurso do tempo e à medida que as relações entre o mundo do trabalho e patrões e empresários vai igualmente evoluindo a relação entre trabalhador e empregador, seja ele do sector privado ou público, operários e patrões ou trabalhadores indiferenciados ou não. Esta relação e a sua evolução permanecerá enquanto a sociedade estiver construída sobre este tipo de pressupostos do mundo sindical, isto é a representação colectiva dos trabalhadores terá sempre que existir e fazer sentir a sua voz mesmo que muitas vezes as condições possam ser adversas. Os problemas entre os dois mundos e os seus interesses antagónicos, são ciclicamente renovados, tomando novas formas e a necessidade de novas soluções que promovam o equilíbrio, sempre débil, entre as duas realidades, entre estes dois mundos, mundos diferentes e antagónicos, mas sempre complementares.

A necessidade de existir um contacto mais estreito entre o sindicato e os seus associados foi sempre uma necessidade histórica contínua ao longo do tempo, constituindo os boletins sindicais, periódicos de grande força a par de comunicados, tomadas de posição públicas sobre matérias relevantes para a luta sindical. Muitas formas de comunicação em papel têm vindo a ser substituídas pelo novo mundo digital, nós achamos que poderão coexistir as duas. Assim retomamos a publicação do Boletim do Sindicato, um meio de informação que consideramos importante onde falaremos da nossa história, do mundo sindical moderno, informando os nossos associados dos seus direitos, dos apoios que podem usufruir no seu Sindicato e igualmente mostrar como estamos ao vosso lado.

Acordo de rendimentos e competitividade

Neste acordo, concluído em sede de concertação social existem três pontos essenciais: evolução do salário mínimo nacional até aos 900,00 € até 2026; incentivos às empresas na contratação e no aumento de salários e a valorização do rendimento dos jovens.

O acordo contempla 48 medidas, subscritas pela UGT, parceiros sociais e governo divididas em cinco áreas temáticas:

- 1) Valorização dos Salários
- 2) Jovens: atração e fixação de talento
- 3) Trabalhadores: Rendimentos não salariais
- 4) Empresas: Fiscalidade e Financiamento
- 5) Simplificação Administrativa e Custos de Contexto

Algumas das medidas visam dar resposta à crise e à estabilização da economia designadamente, e de uma forma sucinta:

- O aumento nominal das remunerações por trabalhador de **4,8% em cada ano, em média, entre 2023 e 2026**, representando este adicional um aumento mínimo de 20% do rendimento médio por trabalhador em 2026 face a 2022, atingindo o valor de pelo menos 900,00 € em 2026, na seguinte proporção: 760,00 € em 2023, 810,00 € em 2024 e 855,00 € em 2025;

- O aumento do benefício anual do IRS Jovem para 50% no primeiro ano, 40% no segundo ano, 30% no terceiro e quarto ano e 20% no quinto ano, e aumento dos limites máximos do benefício em cada ano e a criação de programa anual de apoio à contratação sem termo de jovens qualificados com salários iguais ou superiores a 1.320 euros, nível remuneratório de entrada de um licenciado na carreira geral de técnico superior;

- Actualização em 2023 dos escalões de IRS com base no critério de valorização nominal das remunerações por trabalhador (5,1%), assegurando o princípio da neutralidade fiscal das atualizações salariais posteriores, com a atualização anual dos escalões de IRS e sempre que possível, eliminação da diferença entre a retenção na fonte de IRS e o imposto devido, evoluindo para um sistema de retenção na fonte que assegure que as valorizações salariais se traduzem em ganhos líquidos mensais para os trabalhadores;

- Majorar em 50% dos custos com a valorização salarial (remunerações e contribuições sociais), em sede de IRC, para todas as empresas que tenham contratação coletiva dinâmica, valorizem anualmente os salários em linha ou acima dos valores constantes no Acordo e reduzam o leque salarial, considerando-se para o efeito o rácio entre a parcela da remuneração base dos 10% de trabalhadores mais bem remunerados em relação ao total e a parcela de remuneração base dos 10% de trabalhadores menos bem remunerados em relação ao total, criação do Regime Fiscal de Incentivo à Capitalização de Empresas (ICE), reformulação do sistema de reporte e dedução dos prejuízos fiscais gerados em exercícios financeiros anteriores e redução seletiva de IRC para as empresas que invistam em Investigação e Desenvolvimento (I&D);

- Criação do Regime Geral de Taxas, eliminação e simplificação de processos burocráticos no âmbito da Reforma dos Licenciamentos, reconversão do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) para permitir às empresas que para ele tenham contribuído, nomeadamente financiar a qualificação e a formação certificada dos trabalhadores; apoiar a autonomização dos jovens trabalhadores, suportando uma parte dos encargos com habitação. e o reforço do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT) com transferência excecional do FCT e simplificação e eliminação de algumas obrigações de comunicações à Segurança Social.

Contributos para a história

Esta nossa casa, a sua a estrutura actual, assenta numa estrutura sindical, fundada em 1942. A data de criação referência uma organização criada sobre a égide da Constituição de 1933, a constituição que alicerçou o Estado Novo, mas isso não quer dizer que não houvessem, anteriormente a esta data, outras organizações que tentaremos encontrar e perceber o seu papel na nossa história.

Houve assim tempos em que uma organização como hoje existe, tão vasta e representativa, com os vários ramos da engenharia e ultimamente acomodar responsabilidades representativas sindicais dos profissionais de arquitectura não era tão expressiva. Isto não só era devido à dispersão dos profissionais ligados à engenharia por plataformas sindicais, mas porque espelhava a realidade industrial e sindical portuguesa.

Tentando unir e fazer confluir todos estes interesses sindicais ou profissionais, sempre se encontraram os grémios técnicos que representavam tanto profissões como conjuntos de profissões, mas que também interferiram na representatividade das artes e dos ofícios no decurso do século XIX e durante o século XX.

Porventura para uma compreensão do



Voz do Operário
Lançamento da 1ª pedra

presente e para um melhor enquadramento do futuro, será interessante a construção de um perfil partindo dos pontos comuns do sindicalismo em Portugal, das suas raízes, como movimento associativo e representativo das artes e ofícios e por último, numa primeira etapa da organização sindical operária e numa segunda etapa, da generalidade dos trabalhadores portugueses.



SINDICATO NACIONAL DOS
ENGENHEIROS, ENGENHEIROS
TÉCNICOS E ARQUITECTOS

PRESIDENTE

Eng.º João de Deus

MORADA

Praça D. João da Câmara 19, 3º Esq.
1200-147 Lisboa

TELEFONE

(+351) 213 240 800
(+351) 917 369 704

EMAIL

geral@sneet.pt

www.sneet.pt



FICHA TÉCNICA

BOLETIM SINDICAL DIGITAL

DIRECTOR - Eng.º António Marques
COMPOSIÇÃO - Ana Olival

Primeiros tempos

Não sendo o alvo destas notas históricas, um estudo sistemático e aprofundado do desenvolvimento do capitalismo em Portugal, referenciamos que esse desenvolvimento é indissociável da história dos movimentos operários e consequentemente do Sindicalismo.

O desenvolvimento industrial português encontrou alguns condicionalismos em parte devido à demasiada dependência económica que o país observava relativamente a Inglaterra, seu aliado e o motivo que cerceava a liberdade económica nacional encontrava-se no Tratado de Methuen, celebrado no início do século XVIII (1703). Este tratado ficou igualmente conhecido como tratado dos panos e dos vinhos, neste tratado Portugal não desenvolveria as suas infraestruturas industriais, os ingleses colocariam no país, entre outros produtos, os seus tecidos de lã isentos e taxas e em troca os vinhos portugueses seriam taxa-

dos em Inglaterra ao valor de 1/3 das taxas praticadas sobre os vinhos franceses. Estes constrangimentos irão perdurar por muitas décadas no mercado português e a existência de produtos de boa qualidade e o seu baixo custo, condicionou o desenvolvimento industrial e capitalista português.

Os acontecimentos políticos, económicos e sociais que ocorreram no início do século XIX, quer com as invasões francesas ocorridas entre 1807 e 1810, quer com a deslocação do poder real para o Brasil, quer com a Revolução Liberal de 1820, quer ainda com a guerra civil entre Liberais e Absolutistas, embora pese ainda a grande influência inglesa na política portuguesa, vai criar condição para a mudança de paradigma do país relativamente à indústria.

Desta forma, depois da instabilidade da guerra entre D. Miguel e D. Pedro, vai verificar-se a partir de 1857 a existência de um

sindical (parte 1)



A Associação Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio e Indústria fundada em 1854, ainda hoje continua a prestar relevantes serviços aos seus sócios.

desenvolvimento industrial e capitalista e o crescimento de equipamentos a vapor são um indicador dessa industrialização com o número de operários a crescer conforme se pode verificar nos Quadros 1 e 2.

No decurso da revolução industrial, com a modificação das características sócio-económicas das cidades e dos seus bairros, com o desenvolvimento do associativismo, decorrente não só do Liberalismo e das ideias iluministas e assim de todo o progresso e consolidação das liberdades e das ideias que se continua a registar ao longo de todo o século XIX, começam a nascer associações que visavam desenvolver não só a cultura e a educação, o desporto e a sua prática. Em 1821 vai reconhecer-se, embora de forma insípida e provisória, a liberdade de organização em associações aos trabalhadores portugueses, criando-se e fortale-

cendo-se novas relações quer nos bairros onde se localizam quer nas cidades.

Na construção da nova cidade, a partir de 1775 e já no século XIX, começam a desenvolver-se e a serem fundadas várias associações como, por exemplo, o Grémio Literário foi fundado em 1846, a Sociedade Filarmónica Alunos Euterpe, em 1850, mais tarde Sociedade Filarmónica Alunos Esperança, a Sociedade Filarmónica Alunos de Apolo, em 1872, a Sociedade de Geografia de Lisboa é fundada em 1875, o Ateneu Comercial de Lisboa em 1880, a Sociedade Recreativa Filarmónica (Grémio Lisbonense), em 1881, a Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul e a Academia Recreio Artístico, ambas em 1885, a Sociedade Filarmónica União e Capricho Olivallense, em 1886, a Sociedade de Instrução e Beneficência, A Voz do Operário, em 1887,

a Sociedade Musical Ordem e Progresso foi fundada em 1898. O panorama associativo de Lisboa e do Porto vai reflectir-se por todo o país.

Ainda assim, só em 1838 surgirá, em Lisboa, a primeira associação da história portuguesa, a Sociedade dos Artistas Lisbonenses que tinha claramente objectivos mutualistas e de solidariedade, como por exemplo, “socorrer na doença as viúvas e órfãos com pensões e sustentar uma aula de instrução primária”. Esta organização não teve grande longevidade tendo surgido em 1852 também em Lisboa, em parte através da sua estrutura, o Centro Promotor dos melhoramentos das Classes Laboriosas, que tinha também na sua concepção os princípios do mutualismo. Estas organizações embrionárias do vasto movimento mutualista apresentavam-se claramente com uma função de esbatimento de algumas contradições e injustiças do sistema, visando contribuir para a melhoria das condições de vida dos seus associados, fossem eles operários, trabalhadores ou quadros. Não tinham assim qualquer carácter reivindicativo ou sindical.

Este movimento mutualista estava tão disseminado e enraizado por Lisboa e consequentemente pelo país que em 1898, as organizações repartindo-se pelos 4 bairros da capital existindo cerca de 197 organizações. Algumas delas resistiram até aos nossos dias. A Lei Mutualista de 1854, veio a dar consistência a este movimento.

Máquinas de valor em Portugal ⁽¹⁾

1831	1
1838	1
1840	2
1841	6
1843	1
1844	5
1845	7
1846	4
1847	4
1848	5
1850	2
1851	11
1852	12

Quadro 1

Fábricas e Pessoal Operário em 1852 ⁽¹⁾

	Nº de Fábricas	Operários
Todas as industrias	382	15 897
Chapéus	36	617
Curtumes	21	352
Fundição e Tecidos	189	8 748
Fiação e Tecidos	11	680
Louças e Vidros	16	905
Papel	27	953
Tinturaria e estamperia	17	1 238

Quadro 2

⁽¹⁾ Fonte: Ramiro da Costa, Elementos para a história do Movimento Operário em Portugal, 1º volume



Mundo Sindical

O nosso sindicato, é membro e participa em vários órgãos da **União Geral de Trabalhadores (UGT)**, a central sindical, criada a 28 de Outubro de 1978. Os seus princípios, visam e assentam na liberdade de constituição de organizações representativas dos trabalhadores e na sua independência relativamente ao Estado. Estes princípios, poderão resumir-se da seguinte forma:

- 1) Liberdade de constituição de organizações sindicais e a sua autonomia e independência em relação ao Estado, ao patronato, às confissões religiosas e aos partidos políticos ou a quaisquer outras associações de natureza política;
- 2) Participação ativa dos trabalhadores em todos os conjuntos da atividade sindical, nomeadamente através da democratização das estruturas internas e da eleição dos órgãos estatutários das suas organizações sindicais, periodicamente e por voto secreto;
- 3) Exercício do direito de tendência enquanto meio de expressão político-sindical.

Congresso Sindical 14º Congresso da UGT

Realizou-se nos passados dias 23 e 24 de Abril o 14º Congresso tendo o mesmo como palco a cidade de Santarém e o Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas e decorreu dentro da principal linha de força, a urgência do reforço da Europa Social e a luta por empregos decentes e salários dignos.

Muito participado com delegados vindos de todo o país incluindo as ilhas constituiu um marco importante na afirmação do sindicalismo nestes tempos pós-Pandemia e já com o cenário de guerra a desenrolar-se.

*A UGT pugna pela
"Urgente reposição dos
salários e rendimentos
dos trabalhadores em
Portugal"*



O Secretariado Nacional reitera a disponibilidade da UGT para se estabelecer um Acordo Tripartido de médio prazo em sede de Comissão Permanente de Concertação Social.

No entanto, aguarda sinais claros, no curto prazo, de aumentos salariais para os trabalhadores das Administrações Públicas e SEE por parte do Governo e a disponibilidade por parte dos Empregadores para, por via negocial, se proceder a uma real recuperação dos rendimentos e salários drasticamente perdidos pelas nefastas consequências da conjuntura económica que Portugal e o mundo atravessam.

UGT reafirma que o combate à inflação deve ser feito pela valorização dos salários

Ainda sem saber qual irá ser o pacote de ajudas disponibilizadas pelo Governo, a UGT Portugal mantém a sua disponibilidade e empenho na negociação de um Acordo de concertação social para os salários, rendimentos e competitividade.